

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM CEGUEIRA

Fernanda Maria da Silva Cardeal

EEIEF Professor José Bizerra de Britto - Crato-CE, fernandamcardeal@gmail.com

Acreciana de Sousa Melo

EEIEF Aderson da Franca Alencar – Crato-CE, acrecianamelo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo visa apresentar uma experiência da nossa atuação em Sala de Recursos Multifuncionais com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua contribuição na adaptação e inclusão de uma aluna que, em virtude de uma doença congênita, apresentava anteriormente baixa visão no olho esquerdo e cegueira no olho direito, e há mais ou menos um ano, passou a cegueira total em ambos os olhos. Diante desse novo quadro surge alguns desafios com sua adaptação ao ambiente, atividades escolares, autoaceitação, socialização, dentre outros, havendo, portanto, a necessidade da atuação do AEE, da escola e familiares. O processo contou inicialmente com o estudo de caso, envolvendo entrevistas com familiares, professores, núcleo gestor e aluna, posteriormente observação de comportamentos da aluna na sala de aula e demais espaços da escola e da sua interação com colegas e equipe escolar, tendo em vista, a finalidade de identificar e analisar o tipo e origem do problema. Após esse levantamento, avaliamos todas informações colhidas, percebemos a suficiência dessas informações para que tivéssemos subsídio para contribuirmos no desenvolvimento de um trabalho eficaz, buscando promover a aprendizagem, trabalhar suas potencialidades e autonomia em seu processo de inclusão escolar, familiar e social.

Palavra-chave: Adaptação, Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Visual, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

A história da Educação Especial no Brasil foi marcada por várias fases em que a discriminação, exclusão social, desvalorização de pessoas com deficiência teve duração por longos anos. Após séculos se passarem e muitas lutas enfrentadas, as pessoas com deficiência chegam a ser reconhecidas como seres humanos com direitos a serem inseridas na sociedade. Atualmente existem amparos legais e Política de inclusão em nosso país, mas sabemos que incluir de fato pessoas com deficiência na sociedade e em instituições escolares abrange muitos fatores que dificultam o processo.

Conforme a Constituição Federal em seu artigo 205, assegura que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ainda mais especificamente, no artigo 208, inciso III, que faz referência ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, quando declara que o dever do Estado em garantir a educação será efetivado mediante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Portanto, garante o direito da matrícula e permanência em escolas regulares, bem como o atendimento especializado, mas não basta apenas a inserção do aluno na rede regular de ensino, precisa haver inclusão. Para isso, é necessário que o Projeto Político Pedagógico contemple o tema Educação Especial numa perspectiva inclusiva, que prepara a instituição escolar, norteando ações, adaptando espaços escolares para atender as deficiências existentes na escola, promovendo a preparação de professores e demais funcionários, com a intenção de oferecer igualdade de condições para todos os alunos matriculados, independentemente de ser um aluno com deficiência ou não.

Nessa perspectiva, esse artigo explanará nossa experiência de atuação em Sala de Atendimento Educacional Especializado com uma aluna que tem deficiência visual, elencando conceitos, características, dificuldades e intervenções significativas. A aluna tinha baixa visão mas enxergava até seus dez anos, já era alfabetizada e gostava de ler e hoje com onze anos perdeu totalmente a visão por uma doença congênita. Sendo assim, se faz necessário a atuação desse atendimento em parceria com o professor da sala comum e equipe escolar, para realização do processo de adaptação, tanto em sua vida diária como na escolar e dentre várias questões pedagógicas a aprendizagem do Sistema Braille. Esses conhecimentos são necessários para melhor compreensão de suas dificuldades, limitações e suas necessidades educacionais especiais com a finalidade de ampliar oportunidades, eliminar, dentro do possível, barreiras para construção do conhecimento, dando a oportunidade desta aluna de poder acompanhar seus conteúdos e ser incluída no processo de aprendizagem.

Stainback (1999) enfatiza que a promoção de um ensino que corresponda não somente às necessidades específicas do aluno com necessidades educativas especiais, mas que atenda aos interesses e necessidades de todos os alunos da classe, requer a adaptação do ensino que, entre outros aspectos, significa alocar os recursos humanos na escola para trabalharem conjuntamente no sentido de desenvolver métodos e programas de ensino, adaptados à nova

situação, bem como para atuarem em conflitos e desafios que toda situação educacional apresenta.

Vivenciando a realidade de uma escola municipal, em que falta recursos financeiros para melhoria de estrutura física, compra de materiais pedagógicos e formação de profissionais, e avaliamos as condições para um aluno com deficiência entendemos que a situação é agravante, pois adequações de todos os fatores citados fazem a diferença para ajudar na inclusão e aprendizado desse aluno. Cada atividade proposta em sala de aula precisa ser adaptada e isso não acontece como deveria. Por isso, acreditamos no diferencial das atividades realizadas da Sala de Recursos Multifuncionais, pois apesar de não ser um atendimento diário vem a contribuir para aluna adquirir conhecimentos paralelos que ajudam a eliminar algumas barreiras que impeçam a continuidade de seu aprendizado, principalmente o ensino do sistema Braille.

Após longos anos de estudos, leis e discussões a inclusão está mais presente e contribui para uma mudança na concepção de profissionais e sociedade mas sabemos que precisa desmistificar muitos preconceitos e concepções impregnadas. A sociedade precisa mudar muito seus conceitos para que aconteça uma transformação na inclusão das pessoas com deficiência oferecendo acesso às condições estruturais e humanas para o desenvolvimento das suas potencialidades. Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato descritivo, desenvolvido através de uma metodologia participativa, dentro de uma abordagem qualitativa que teve como principal objetivo envolver a comunidade escolar na problemática de uma aluna com deficiência visual que não estava tendo nenhuma participação escolar. A mobilização da escola aconteceu inicialmente com reuniu da equipe de professores, núcleo gestor e sala de AEE com intuito de discutir detalhes do problema existente: Uma aluna com cegueira total em fase de adaptação dessa nova realidade e com dificuldades de entender como daria continuidade aos estudos, desestimulada, evitando socialização com colegas e com o ambiente escola, pois não saia mais da sala de aula, durante as aulas sempre de cabeça baixa e sem querer participar efetivamente, não realizando atividades em sala, nem em casa. Qualquer pergunta feita a

aluna, havia recusa da resposta. Como a escola não tinha Sala de Recursos Multifuncionais, os professores não sabiam como agir pedagogicamente e de forma inclusiva.

Diante do exposto, elaboramos formulários de entrevistas específicas para professores, buscando informações de ações pedagógicas e desenvolvimento da aluna no processo de ensino aprendizagem; equipe administrativa com perguntas sobre interação da aluna com os mesmos, observações sobre acessibilidade e participação nos espaços existentes; núcleo gestor e sua atuação pedagógica inclusiva; familiares enfatizando perguntas sobre afetividade, socialização no ambiente escolar, dificuldades nas atividades de vida diária, autonomia observada pelos familiares; com a professora brailista buscando informações sobre o processo de alfabetização realizado com a aluna.

Posteriormente, realizamos o estudo de caso, sintetizando informações colhidas através dos formulários de entrevistas, para que pudéssemos compreender melhor o quadro individual desta aluna em diversos aspectos. O estudo de caso nos deu subsídio para elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). O PDI é um processo constituído por um plano de ações que levarão o indivíduo de um estado atual para um estado desejado, ele serve como apoio para que você não saia do foco, dando passos estrategicamente pensados dentro da necessidade existente. Com o PDI traçado, nos reunimos para discutir a efetividade das ações do Plano da aluna e identificar algum ponto não contemplado.

Dando início ao PDI, a aluna recebeu as primeiras informações de orientação e mobilidade, entendendo os comandos de lateralidade para ajudar em sua locomoção. Todos os espaços foi anexado tarjas de orientação do trajeto e tarjas com denominações dos espaços utilizando o alfabeto maiúsculo pois a aluna não estava alfabetizada no sistema braille e anteriormente a perda total da visão era alfabetizada. As tarjas foram confeccionadas na mesma espessura dando continuidade ao caminho a ser seguido pela aluna em todo o ambiente escolar. Em complemento, houve um trabalho com a família, pois a aluna em casa era muito dependente de todos, segundo relato da própria família.

Paralelamente houve o trabalho de adequação pedagógica, socialização da aluna e seus colegas e discussões sobre a inclusão escolar dentre todos que fazem parte da escola.

Em planejamento pedagógico foi abordado à temática da inclusão e deficiência visual (baixa visão e cegueira) por termos outro aluno com baixa visão, conceitos, características, possibilidades e sugestões pedagógicas. Individualmente aconteceram conversas com professores regentes da sala da aluna para estudar quais adequações pedagógicas possíveis poderiam ser feitas e assim ser realizado um trabalho complementar na Sala de Recursos Multifuncionais.

Em sala de aula passamos a conversar e mobilizar os colegas da aluna nesse processo de adaptação da sala, conversar sobre a deficiência, suas limitações e meios de amenizá-las.

Quanto à socialização da aluna, precisamos entrar em parceria com a psicóloga do CRAS para ajudarmos na introspecção da mesma que acontecia dentro da escola e segundo familiares não era uma realidade em sua casa.

Na sala de Recursos Multifuncionais aconteceram atividades de sensibilidades táteis e olfativas para contribuir na ambientação de espaços bem no aprendizado com atividades em auto relevo e sistema braille. O ensino do sistema braille foi realizado sempre havendo atividades paralelas de sensibilização tátil. Iniciamos com letras e posteriormente números, em continuidade o ensino de algumas palavras abrangendo letras que a mesma já reconhecia.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Individual está em andamento, sendo desenvolvido por todos integrantes da comunidade escolar, com ações sistemáticas da Sala de Atendimento Educacional Especializado desenvolvendo ações que busquem amenizar barreiras e concretize a alfabetização no sistema Braille possibilitando a continuidade do aprendizado dentro de uma nova perspectiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sala de Recursos Multifuncionais através do Atendimento Educacional Especializado vem desenvolvendo um serviço de apoio, identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos com intuito de eliminar barreiras para plena participação de alunos com deficiência. Baseando-se em Políticas Publicas que garantem a inserção desses alunos nas instituições escolares e conseqüentemente no meio social que por vários anos lhes foram direito negado. A Escola Professor José Bizerra de Britto promove discussões e ações mesmo diante de muitas barreiras, conceitos e preconceitos arraigados nesse contexto, mas essas, são necessárias para que ocorram mudanças significativas nesse cenário da Educação Especial.

Especificamente, no caso da aluna com cegueira estamos observando mudanças satisfatórias em todo processo realizado, embora não suficientes e ainda presente alguns obstáculos que precisam ser superados, podemos citar que o principal problema é o envolvimento efetivo de toda comunidade escolar, mas acreditamos na construção de novas concepções através do nosso maior trunfo: a educação. Nesse sentido, Rosseto(2005, P. 42) reitera que a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma

(83) 3322.3222

escola regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dentre os resultados obtidos através do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, nas primeiras atividades de orientação, mobilidade e prática de reconhecimento dos espaços, observamos várias mudanças, pois a aluna passou a caminhar com autonomia, ou seja, ir ao bebedouro, buscar seu lanche, ir ao banheiro e seu espaço preferido, a biblioteca, sem ajuda, mesmo quando retiramos tarjas usadas para sua orientação. Apenas no horário do intervalo ainda precisa de acompanhante devido ao grande fluxo de alunos correndo pelo pátio.

No que se refere ao trabalho de adequação pedagógica e metodologias usadas em sala de aula, aconteceram atividades esporádicas, precisando melhorar e acontecer regularmente em todas as aulas e atividades pedagógicas. Por isso, estamos, em planejamento pedagógico, apoiando com orientações sobre recursos pedagógicos que possam ajudar em sala de aula, buscamos abordar sempre à temática da inclusão e deficiência visual (baixa visão e cegueira) com maior frequência no sentido de transformar algumas ações.

Já a alfabetização no sistema Braille há um avanço significativo, mesmo com a aluna apresentando dificuldades com algumas letras do alfabeto em Braille, consegue ler algumas palavras em que usamos letras que a mesma conhece.

Quanto à socialização a parceria com a psicóloga do CRAS foi muito proveitosa e inclusive a aluna iniciou aulas de balé e gostou bastante, apesar de não ter dado continuidade pois era muito distante de sua residência e a família não tinha condições de trazê-la em outro turno.

Segundo Mantoan (2003) a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação.

Apesar do aumento significativo de matrículas de alunos com deficiência na escola regular de ensino, percebemos o grande desafio da educação e inclusão no ambiente escolar. A tarefa não é fácil e a falta de situações primordiais atrapalham a superação desses entraves, principalmente quando nos deparamos com a falta de formações aos profissionais da educação que ajudaria no processo de inclusão, adaptações curriculares e suas metodologias.

No decorrer do processo de inclusão e adaptação da aluna evidenciamos possibilidades e dificuldades mas nas situações positivas e negativas ocorreram aprendizado e sinalização de meios para adquirir outras formas de agir, o que nos ajudou a repensar em vários momentos nossas metodologias, sendo assim, acreditamos em um ganho para todos.

Mantoan (2003) relata que:

“a inclusão tem por objetivo: inserir um aluno, ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído. As escolas inclusivas propõe um modo de organização do sistema educacional que considera a necessidade de todos os alunos que é estruturado em função dessas necessidades.”

Consideramos necessário a continuidade e aprimoramento do PDI, como mudanças nas adaptações curriculares que venha contribuir, de maneira eficiente com a inclusão. O atendimento de alunos com deficiência nas escolas regulares necessita da adoção de currículos flexíveis e apoio pedagógico sistemático que acompanhe o processo com eficácia possibilitando ensino de qualidade para todos dentro de suas diferenças.

CONCLUSÃO

O processo educativo de um aluno, implica o envolvimento de planejamento para efetivar ações intencionais que visem alcançar objetivos propostos, com êxito. Pensar na educação de um aluno com cegueira, o objetivo deverá ser igual, considerando sobretudo suas dificuldades devido a deficiência visual/cegueira e buscando meios que contribuam para superar barreiras existentes e promovam seu desenvolvimento, aprendizagem e permanência na escola. Para isso, será necessário adequações físicas e principalmente metodológicas, pontuando que essas adaptações não cabe apenas ao professor de atendimento educacional especializado, cabe também ao professor regente com participação e atuação de toda comunidade escolar.

Consta na Constituição Federal, LDB, Política Nacional da Educação Especial e demais leis e resoluções brasileiras a garantia da democratização do ensino, em que pressupõe garantir a todos o direito de participar do processo de escolarização e isso não significa apenas que todos estejam matriculados e sim que todos tenham o direito a qualidade da educação em igualdade e de forma inclusiva.

A garantia da educação implica valorizar de forma inclusiva todas as diversidades e diferenças independentemente de cor, raça, religião, gênero e não se pontuar inclusão apenas quando se fala em pessoas com deficiências, para que se possa perceber antes de tudo o

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

respeito a essas diferenças e perceber conseqüentemente o direito em igualdade do aluno com deficiência que necessita de atendimento educacional especializado.

Portanto conscientizando a sociedade que o cego é um ser humano, um ser capaz de aprender e mesmo diante de algumas dificuldades, tem o direito principalmente no ambiente escolar de ser oferecido a ele meios de facilitar e possibilitar ao máximo seu desenvolvimento, sua aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009**.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: O que é? Porque? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 51p. (Coleção Cotidiano Escolar)

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

ROSSETO, M.C. **Falar de inclusão...falar de que sujeitos**. In: LEBEFF, T.B. PEREIRA, I. L. e S. Educação especial - olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P.41-55.

STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. (11) 3222-3222
contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br